

Israel Alves Jorge de Souza¹

Questões polêmicas sobre a economia criativa em territórios urbanos com carências socioeconômicas

Controversial issues on the creative economy in urban territories with socioeconomic needs

Resumo

A partir da definição de territórios urbanos com carências socioeconômicas (TUCS), abrangendo favelas e áreas urbanas degradadas, pretende-se breve análise da economia criativa como estratégia de desenvolvimento territorial para em seguida percorrer questões polêmicas relacionadas. Tratam-se de questões que remetem inclusive à própria relação histórica entre Lisboa e o Rio de Janeiro, no âmbito do recorte metodológico da pesquisa que deu origem ao presente texto. Por um lado, há o posicionamento de que as iniciativas de indução da economia criativa podem se traduzir em imposições capitalistas que ameaçam as especificidades culturais dos TUCS. Por outro lado, entende-se que essas iniciativas podem ser encaradas como resgates e adaptações do clássico fenômeno urbano de balanço entre funcionalidades econômicas e criatividade, num viés flexível e positivo em prol do desenvolvimento.

Palavras-chave: economia criativa, desenvolvimento territorial, favelas, áreas urbanas degradadas

Abstract

From the definition of urban territories with socioeconomic needs, encompassing slums and degraded urban areas, it is intended a brief analysis of the creative economy as a strategy for territorial development and then discuss related controversial issues. These are questions that even refer to the historical relationship between Lisbon and Rio de Janeiro, within the scope of the methodological cut of the research that originated the present text. On the one hand, there is the position that the initiatives of creative economy induction can translate into capitalist impositions that threaten the cultural specificities of the urban territories with socioeconomic needs. On the other hand, it is understood that these initiatives can be seen as rescues and adaptations of the classic urban phenomenon of balance between economic functionalities and creativity, in a flexible and positive development bias.

Keywords: creative economy, territorial development, slums, degraded urban areas.

¹ Advogado (UNESP) e analista da Universidade Corporativa do Sebrae Nacional (Brasília). Doutorando em Estudos Contemporâneos (Universidade de Coimbra), mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo (Universidade de Coimbra), MBA em estratégia empresarial (FGV) e especialista em ciência política (UFMG). E-mail: israeljorge@israeljorge.com

1 INTRODUÇÃO – TERRITÓRIOS URBANOS COM CARÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS

A expressão “territórios urbanos com carências socioeconômicas” (TUCS) é utilizada aqui² no sentido de abranger “favelas” ou comunidades³ no Rio de Janeiro e áreas urbanas degradadas em Lisboa (Portugal). No caso brasileiro, em que são enquadradas oficialmente como “aglomerados subnormais” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, seriam assim territórios geralmente de alta densidade populacional onde os investimentos formais, tanto públicos quanto privados, são precários, com destaque para os campos imobiliário, financeiro e de serviços. Nesse contexto predominam relações informais de geração de trabalho e renda e grande percentual de subemprego e desemprego, em comparação com os demais bairros da cidade (VELLOSO, 2012).

Outra desvantagem significativa, em consequência, é verificada nos indicadores de educação, de saúde e de acesso às tecnologias. E a violência, provocada por diversos aspectos da distância do poder público, geralmente se manifesta em níveis mais elevados. Daí, enfim, a histórica realidade de marginalidade e de tensões socioeconômicas, facilitando a incidência da criminalidade e em décadas mais recentes a ocupação dos vácuos de poder pelo tráfico de drogas.

Quanto a Lisboa, apesar de a principal contribuição de Mike Davis (2006) ao tema consistir justamente na análise da amplitude do conceito de favela e na respectiva identificação em todo o mundo, ele relembra que “nem todos os pobres urbanos moram em favelas e nem todos os favelados são pobres” (DAVIS, 2006, p. 36). E é a partir dessa premissa que se passa à contextualização da cidade europeia, acrescentando a essa questão da pobreza carências sociais urbanas que também não se restringem às favelas. Sendo assim, e enfatizando que não se trata propriamente de uma análise comparada e sim de um paralelo, são focadas aqui as áreas urbanas degradadas em seu viés de TUCS.

2 O presente artigo é fruto de pesquisa de dissertação de mestrado defendida pelo autor na Universidade de Coimbra, em Portugal (Souza, 2015), cujo recorte metodológico dos estudos de caso selecionou um empreendimento na comunidade Nova Brasília (Rio de Janeiro) e outro no Largo do Intendente (Lisboa), ambos no contexto de programas públicos relacionados à economia criativa. Tratando-se de um estudo de casos, o principal método aplicado foi o indutivo, tendo no nível micro (como as próprias unidades de análise) os citados empreendimentos e no macro o Brasil e Portugal, bem como o próprio conceito de economia criativa. Quanto às categorias de análise, a economia criativa figurou como categoria analítica independente, o desenvolvimento territorial como categoria analítica dependente e o empreendedorismo como variável interveniente, de modo a relacionar as duas anteriores. Como técnicas, por fim, foram utilizadas diversas observações, residência temporária, dinâmicas de grupo, entrevistas presenciais e à distância e questionários, numa abordagem predominantemente qualitativa.

3 Embora “comunidade” seja um termo considerado muitas vezes mais aceitável junto aos seus habitantes, optou-se neste estudo pela utilização do termo “favela” pelas mesmas razões de Paola Jacques (2002, p. 28): “[...] não em sentido pejorativo, mas, ao contrário, para caracterizar sua cultura própria”.

4 No glossário relacionado, a expressão é assim definida: “Aglomerado subnormal (favelas e similares) - Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais.”

Na Europa em geral do século XIX e início do século XX, por conta do processo de industrialização, deu-se um grande crescimento das populações urbanas e conseqüentemente uma expansão das cidades. E as áreas centrais, nesse contexto, foram em muitos casos preteridas: “Paralelamente a este movimento expansionista, em que a mancha urbana ia ocupando espaços cada vez mais vastos e densos [...], constatava-se uma crescente desvalorização económica, social e simbólica das áreas centrais e mais antigas das cidades” (MAGALHÃES, 2008, p. 20). Nessas áreas centrais, assim, começaram a se concentrar camadas sociais que não podiam se deslocar em busca dos empregos (cada vez mais localizados nas novas áreas) ou que não apresentavam qualificação suficiente. E acumulavam-se então os efeitos sociais do desemprego, a degradação das edificações e a reclusão dos ambientes públicos com a perda da dinâmica comercial e da circulação de pessoas, gerando afinal problemas de insegurança e criminalidade.

Especificamente em Portugal, dados o processo um tanto tardio de industrialização e crescimento urbano e o afastamento dos conflitos mundiais do século XX (que provocaram a destruição de vastas áreas de cidades europeias), as questões de revitalização de áreas centrais se apresentaram mais tarde. E outros fatores significativos, na linha do comentado processo e destacando a cidade de Lisboa, foram o aprimoramento das acessibilidades e a oferta crescente de residências na periferia (mais recentes e mesmo com mais espaço) a preços mais baixos, fazendo com que o entorno da capital crescesse significativamente nas últimas décadas (TERCEIRO, 2013, p. 21).

Por motivos diferentes, portanto, chega-se afinal a um panorama de problemas semelhantes a alguns dos verificados nas favelas do Rio de Janeiro, e também no contexto de proximidade dos (ou mesmo inserção nos) centros urbanos – embora as facilidades de acesso sejam menores nas favelas, dadas as suas grandes dimensões⁵ e a peculiaridade geográfica (morros urbanos). Se, por outro lado, esses territórios em degradação ainda possuem (apesar de graves atrasos em muitas casas) infraestrutura superior à das favelas, é importante observar que nelas a questão também já evoluiu bastante. E mesmo na perspectiva estética, afinal, há proximidades, como coloca Varella (2002, p. 69) diante do Morro do Timbau e da Baixa do Sapateiro: “casas altas enfileiradas em becos e vielas como numa cidade medieval.”

2 ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A disseminação do conceito de economia criativa (em paralelo ao de cidades criativas), principalmente diante da experiência britânica, tem sido intensa ao redor do mundo. E não se trata apenas de sistematizações e recomendações de organismos internacionais voltados ao desenvolvimento, como no caso de relatórios da Organização das Nações Unidas – mais especificamente por meio da

5 Seja como for, a consideração da escala se faz sempre importante na presente análise, observando-se por exemplo que há pelo menos seis municípios brasileiros com extensão territorial maior do que a de Portugal como um todo. E, num ponto ainda mais próximo do tema em questão, uma manchete do jornal O Globo (2011) reforça bem a impressão: “Brasil tem um Portugal inteiro vivendo em favelas”.

UNCTAD (2010) e da UNESCO (2013). Os próprios britânicos, em continuidade aos esforços de visibilidade que marcaram a política de economia criativa do país, apresentam ferramentas de replicação. É o caso, por exemplo, do “Guia Prático para o Mapeamento das Indústrias Criativas” (BOP, 2010, p. 9).

Ocorre, porém, que essa replicação carrega o risco de não se concretizar a amplitude de efeitos socioeconômicos, bem como de não ser feita a devida adaptação a contextos culturais, sociais e econômicos distintos. Superar a ameaça de mero modismo e aprofundar a reflexão de acordo com as realidades dos países em desenvolvimento (e mesmo de diferentes regiões dentro de um mesmo país), assim, é um grande desafio. Yudhishtir Raj Isar (2008, p. 76) coloca nessa linha a preocupação sobre o que seria uma associação atual do discurso culturalista ao imperialismo de mercado. Para ele, tendo-se o desempenho baseado no cálculo econômico como padrão, “em algum momento, outros setores poderão obter melhores resultados do que a cultura. Será que a cultura, então, tem de ceder seu lugar? E quanto às atividades e às práticas culturais que não podem gerar retornos econômicos?”

Alerta-se assim quanto ao risco de o aspecto social não estar devidamente entrelaçado ao aspecto econômico, na mesma linha de Andrea M. Davis (2008, p. 181). Para ela, enquanto os países do Norte passam de um conceito de economia criativa para outro, os países do Sul têm demorado a se articular e a se posicionar. E, a propósito da tentação de mera reprodução ou imitação, é interessante lembrar que foi justamente esse o erro estratégico aplicado até o final da década de 1970, no sentido das tentativas de reprodução do crescimento econômico dos países desenvolvidos como sinônimo de desenvolvimento – e daí, afinal, o fortalecimento das contestações promovidas pela teoria do desenvolvimento local.

O ideal, assim, segundo Davis (2008), seria usar a definição do Reino Unido como ponto de partida e desenvolver definições próprias, tendo sempre em vista a inclusão socioeconômica. Mesmo a experiência britânica apresenta problemas de coerência e transparência. Permite ainda, no sentido do papel efetivo da estratégia de economia criativa para o desenvolvimento, questionamentos sobre causalidade e sustentabilidade: *“That the creative industries are more a symptom of London’s inherited economic success, than a sustainable cause of future growth – an accidental success for London rather than its purposeful creation”* (KNELL e OAKLEY, 2007, p. 6).

Essa última, na verdade, é uma questão que se suscitará sempre em projetos de desenvolvimento territorial, uma vez que a multicausalidade dos resultados dificulta a identificação precisa das ações empreendidas como causas efetivas. E até mesmo em termos da dinâmica do território, como enfatizam José Luís Alonso Santos e Lucília Caetano (2002, p. 168), *“intentar definir de una manera precisa y definitiva las áreas de influencia de los principales núcleos de un territorio no sólo es una tarea prácticamente imposible sino probablemente también inadecuada, ya que no es una realidad ni inmanente ni permanente en el espacio”*.

De qualquer forma, e reforçada a importância de se evitarem as meras replicações de experiências, a amplitude socioeconômica da economia criativa reflete um grande potencial em prol do desenvolvimento. No aspecto econômico, resgatando-

-se o modelo dos círculos concêntricos de Throsby (2010), é fato que num primeiro momento não se trata de explicar o potencial de impacto das indústrias culturais sobre outros setores da economia, e sim de classificá-las em termos culturais e econômicos. Num segundo momento, porém, o autor destaca o potencial de fluxo econômico com as outras indústrias, tanto no sentido da demanda por produtos culturais em outros setores quanto (e principalmente) no da demanda da produção criativa por bens e produtos dessas outras indústrias (THROSBY, 2010, p. 95).

Além dessa dinâmica transversal aos setores econômicos, Throsby (*idem*, p. 97) ainda aponta a movimentação de trabalhadores criativos e as transferências de conhecimento e inovação, destacando os chamados *spillovers*: *“the knowledge transfer involved is technically a positive externality or spillover, defined in economics terms as an unintentional and uncompensated benefit flowing from one economic agent to another”*. Se por acaso, assim, parecer que tudo afinal não passa de mera valorização de aspectos da arte e do entretenimento, Cocco (2014) apresenta uma metáfora interessante. É fato que as indústrias tradicionais transparecem uma relação imediata com aspectos funcionais, úteis, como o trabalho da formiga na famosa alegoria. A oposição à cigarra, assim, por mais que o lazer (por exemplo) tenha sido aceito como necessidade e mesmo como setor econômico, continua a dificultar a compreensão dessa amplitude cultural e social da economia criativa. Daí, assim, a figura das abelhas e da colmeia:

As atividades relacionais (o “ir de flor em flor” equivalendo à relação de serviço) das abelhas polinizadoras (empregáveis, empreendedoras e dotadas de um certo nível de conectividade) são mais importantes do que o trabalho instrumental (na colmeia) de produção material. Não porque não haja mais produção material, mas porque esta depende duplamente das atividades imateriais: do ponto de vista do valor (é nas relações que se produzem formas de vida, mundos) e do ponto de vista da própria produção (é nas relações que se produz o capital social, humano e intelectual que permite gerar o novo tipo de trabalho, inclusive nos segmentos mais tradicionais) (COCCO, 2014, p. 12).

A metáfora também é utilizada por Knell e Oakley (2007, p. 21) e ainda mais especificamente no âmbito da economia criativa, enfatizando a importância dos empreendedores culturais para uma ampla integração entre economia e cultura: “[...] who [the individual cultural entrepreneurs] given the dominance of not for profit business models in the culture sector are the pollinators forging commercial links, networks and transactions between the cultural and creative industries.” A economia criativa, enfim, é um conceito baseado em ativos criativos cuja aplicação estimula a inovação na economia em paralelo à geração de renda, à inclusão produtiva (seja por meio da criação de empregos ou do empreendedorismo) e à progressão social relacionada.

São envolvidos assim aspectos econômicos, culturais e sociais, tendo-se os sistemas culturais e os sistemas econômicos como dois lados da mesma dinâmica de construção do conhecimento. Apesar de serem abarcados diversos setores no conceito de economia criativa, portanto, faz-se importante (principalmente no contex-

to de promoção do desenvolvimento) o destaque da cultura em sua relação com a economia. Esse destaque ameniza o risco (e fato) de que a moda do adjetivo “criativo” signifique ao mesmo tempo tudo e nada, esvaziando o conceito. No âmbito das políticas públicas, Knell e Oakley (*idem*, p. 22) novamente bem compreendem essa relação: *“The result of this confusion is that we are in danger of having neither meaningful cultural policy, nor effective economic policies. Part of the solution lies in admitting the fact that, in the creative industries, the two will never be entirely separated.”* Sendo assim, se a perspectiva cultural parece restringir, ela na verdade (com a devida perspectiva) amplia; e se a perspectiva puramente econômica parece ampliar, ela na verdade restringe ou anula. Nesse sentido, no contexto da economia criativa, o setor cultural se direciona à aplicação do aprendizado, do instrumental e da lógica das relações econômicas – incluindo a visão de fluxos e trocas, de distribuição e demanda, do reconhecimento do capital humano, etc. – em favor da própria cultura e do desenvolvimento em geral (REIS e DE MARCO, 2009, p. 25).

Uma estratégia de desenvolvimento territorial baseada na economia criativa, portanto, considerando-se as devidas relações entre empreendedorismo, inclusão produtiva e progressão social, exige governança clara e facilitadora com visão de longo prazo – podendo os agentes catalisadores do processo serem o governo, empresas privadas ou organizações da sociedade civil, com o ideal de que na implementação haja sinergia entre todos os setores. Nessa linha, o relatório da UNESCO (2013, p. 33-35) sobre a economia criativa trouxe diversas considerações a respeito das cidades como atores de desenvolvimento e da necessidade de alargar a compreensão dos relatórios anteriores, enfocando principalmente a importância da adaptação e customização dos princípios nos países em desenvolvimento. E, para essa “adaptação”, experiências em TUCS podem proporcionar informações importantes. Ocorre, porém, como observam Knell e Oakley (2007, p. 16) ainda em suas críticas ao caso britânico, que a própria experiência em TUCS pode não se desenvolver adequadamente: *“The perception that the creative industries were meritocratic, and that they thus opened up routes to participation among those from marginalised groups, has been largely dismantled when confronted by evidence.”*

As intervenções nesses TUCS com vistas ao desenvolvimento, portanto, devem se pautar justamente por essas carências socioeconômicas, em termos de abordagem metodológica. Como José Maurício Domingues (2003, p. 70) ressalta, “as relações efetivas de dominação – e o acesso diferencial a posições sociais e recursos, as chances de vida radicalmente distintas e as oportunidades de que diferentes subjetividades desfrutam – devem estar sempre em nosso horizonte analítico e político”. Os beneficiários precisam assim ser vislumbrados em sua privação de capacidades, para além do simples enquadramento em determinados níveis de renda. É o que afirma Amartya Sen (2010, p. 109):

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza,

pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Daí a importância de estratégias inovadoras para esses territórios no que se referem ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do tão necessário capital humano, bem como de políticas públicas específicas. Por outro lado, a analisada dificuldade de integração dos aspectos econômicos às práticas culturais, no contexto da economia criativa, também se verifica e exige um trabalho de sensibilização. É o que destaca Adriana Facina (2014, p. 21), justamente no contexto de mapeamento da produção cultural em uma favela da zona norte do Rio de Janeiro: “Para a maioria dos nossos entrevistados, a motivação econômica rivaliza com a necessidade de autoexpressão e mesmo diversão”. E a comunidade como um todo, por sua vez, precisa se apropriar de todos esses processos por meio de mecanismos diferenciados de participação a serem oferecidos, uma vez que as barreiras sociais e culturais – relacionadas à desconfiança e ao histórico de frustrações – são ainda mais resistentes nos TUCS.

Por fim, no tocante à necessidade de “adaptação” do conceito de economia criativa, um grupo de pesquisa liderado por Dália Maimon (2014, p. 23) no Brasil sinaliza em relatório que “pontos conceituais foram refeitos, como o próprio entendimento da economia criativa em ambiente de favelas”. Cite-se ainda o destaque à “capacidade de formar redes de colaboração informais, como alternativas às necessidades de infraestruturas física ou de serviços” (*idem*, p. 25), e principalmente uma percepção que vai ao encontro das citações acima de Cocco e Knell e Oakley – no sentido de uma “polinização” empreendedora que viabilize a integração entre aspectos culturais e econômicos em sua dimensão social:

Este trabalho nos sinalizou ainda que, dentro das favelas, pode haver um modelo lógico de propagação de empreendimentos inovadores contextualmente, a partir de uma organização estruturada, como o observado na Mangueira: uma organização enraizada na identidade local – a escola de samba – de maior porte, portanto de atuação mais capilarizada, que recebe investimentos públicos e privados, por suas relações e ofertas a rede de participantes por meio das diversas atividades que promove, irradia uma série de inovações sociais contextuais, empreendidas pelos que são impactados por suas atividades (MAIMON, 2014, p. 26).

3 QUESTÕES POLÊMICAS

No contexto das políticas públicas relacionados ao desenvolvimento de territórios urbanos com carências socioeconômicas, não deixa de haver um reflexo dos debates teóricos, ideológicos e políticos que envolvem a matéria. Algumas questões já foram pontuadas acima, no tocante às críticas à experiência britânica de economia criativa e à necessidade de “adaptação” do conceito para outros países. Importa ainda, porém, analisar algumas críticas que remetem à própria relação histórica entre Lisboa e o Rio de Janeiro, conforme o recorte da pesquisa que deu origem a esse texto. E, no contexto do Rio de Janeiro, abordar brevemente certas questões sobre as Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas.

O auge português das Grandes Navegações (séculos XV e XVI), com o início de novos domínios e com a configuração imperial crescente, foi marcado justamente por um misto entre economia, imaginação, arte e criatividade.⁶ A par e por conta das inusitadas possibilidades de comércio, Lisboa viveu assim a consolidação de uma imagem peculiar e tornou-se um empório de exotismo, num fenômeno que impactava o imaginário da sociedade a respeito dos novos mundos. Essa centralidade e importância da cidade, porém, com o declínio do protagonismo do país, se diluíram posteriormente. Atualmente, assim, no contexto da economia criativa e das cidades criativas, despontaria a oportunidade de um novo olhar estratégico com relação à diversidade, encarando-a como potencial de dinamismo econômico e de desenvolvimento.

O paralelo com o período imperial, porém, é analisado por diversos autores sob outra perspectiva, de modo a criticar o que seria uma imposição elitista de princípios capitalistas e a acusar os seus defensores de ingenuidade ou mesmo de intencionalidade. No âmbito das áreas urbanas degradadas em questão e também dos antigos “bairros de lata” ou “bairros de barracas”, as dificuldades enfrentadas por imigrantes de antigas colônias portuguesas e seus descendentes faz por exemplo com que Eduardo Ascensão (2013, p. 461), dentre outros, considere que “o conceito cronológico ‘pós-colonial’ nem sempre correspondeu a uma existência urbana ‘pós-colonizada’”. Critica-se assim a construção artificial e mercadológica de uma imagem imperial que não corresponderia ao passado (ou que o ocultaria), como no caso da transformação da zona de Belém (Lisboa) e respectivos monumentos voltados ao tema das navegações, numa replicação simbólica e meramente turística do Terreiro do Paço (PERALTA, 2013, p. 361-407).

Nuno Oliveira (2013, p. 564), especificamente em relação à Mouraria em conjunto com o Largo do Intendente, considera que o aproveitamento da diversidade sob a lógica de culturalização da intervenção e reabilitação urbana dissimula relações assimétricas e procura mesmo legitimá-las, numa retórica implícita. As produções culturais etnicizadas como vantagem competitiva da cidade criativa implicariam assim uma visibilidade criada de forma exógena, não refletindo mais as dinâmicas sociais do bairro e não garantindo continuidade. Comentando as festas promovidas no Largo do Intendente, ele afirma que “a requalificação do centro, simbólica, social e semiótica, é atravessada pela sua re-simbolização enquanto lugar de abertura intrinsecamente cosmopolita” (*idem*, p. 589). E considera-se ainda que a ênfase no potencial econômico obliteraria o potencial de assistencialismo estatal e deslocaria a responsabilidade do Estado, que passaria de providenciador de serviços a facilitador da economia simbólica, da cultura globalizada do consumo e dos respectivos fluxos turísticos.

⁶ É curioso notar, a propósito da relação do presente estudo com o tema do empreendedorismo, que na retrospectiva histórica de Hisrich e Peters (2009, p. 27-29) sobre o termo eles também o relacionem às navegações e descobrimentos. O “entrepreneur”, “aquele que está entre” ou “intermediário”, já teria sido a designação de navegadores como Marco Pólo, que procurou estabelecer rotas comerciais para o Extremo Oriente antes mesmo das experiências portuguesas.

Em segundo lugar, em relação direta ao paralelismo imperial e como destaque da crítica de Oliveira (aproximando-a inclusive da citada análise sobre a transformação da zona de Belém), está a questão de uma possível perpetuação das relações coloniais, diante dessa mercadorização da diferença no contexto multicultural dos TUCS. Estaria aí uma dobra do império português sobre si mesmo, ao reproduzir em programas públicos nesses seus territórios (antiga metrópole) o olhar econômico e dominador que outrora exercera em regiões longínquas (antigas colônias):

A cidade pós-colonial reconfigura-se assim como lugar de encontro entre as tendências de reestruturação econômica urbana resultantes das dinâmicas capitalistas da globalização e a dobra do império sobre si mesmo, ou seja, a capacidade de mapeamento que os impérios exerceram fora das metrópoles no sentido de melhor dominarem os seus territórios volta-se agora para os espaços internos à metrópole replicando esse mapeamento social e etnicizado de outrora (OLIVEIRA, 2013, p. 596).

A “coincidência”, assim, seria precisa e curiosa tendo-se em conta que alguns dos fatores de diversidade cultural seriam os mesmos em ambos os casos temporais e circunstanciais, ou seja, imigrantes das antigas colônias (ora em seu país como colonizados, ora na antiga metrópole como marginalizados). Quanto ao Brasil e sua correlata relação com Portugal, também como antiga colônia, não são feitas críticas específicas. É oportuno apontar, porém, que os portugueses participaram da construção do tecido social brasileiro com destaque para os estratos mais humildes (LESSA, 2002, p. 28), vivenciando assim a formação dos cortiços e das conseqüentes favelas do Rio de Janeiro. Em outras palavras, uma inversão (imigrantes da antiga metrópole como parte da classe subalterna da antiga colônia) já no século XIX da lógica imperialista que, segundo a citada crítica, ainda se perpetuaria no século XXI.

Oliveira (2013, p. 597) até reconhece que “não se trata, convenhamos, de replicar modalidades imperiais de domínio e subjugação na cidade pós-colonial e pós-imperialista”, mas prossegue afirmando se tratar “de reorganizar a diferença proveniente de espaços que no passado levaram o seu tempo a serem conhecidos, cartografados e controlados, aplicando a essa diferença deslocalizada novos princípios de cartografia, conhecimento e controle.” Mantém-se assim a posição de que haveria ainda uma espécie de controle, evidenciando os contornos ideológicos da crítica que prejudicam os exercícios de comparação histórica. Tais exercícios, portanto, podem servir a posicionamentos opostos com relação à estratégia de economia e de cidade criativas, cabendo considerar o outro viés.

O fenômeno de associação entre criatividade e desenvolvimento urbano não é recente, podendo até mesmo ser apontada uma economia criativa do mundo antigo (SOUZA, 2017). E é a essa realidade que se confronta então a questão ideológica reproduzida acima, no tocante ao viés do império português dobrado sobre si mesmo. Seus defensores acusam de ingenuidade (quando não de má-fé) a abordagem do modelo de economia e de cidade criativas como estratégia de verdadeiro desenvolvimento territorial (social e econômico), uma vez que traria em seu bojo a lógica perversa do capitalismo e daria continuidade ao programa de poder presente desde

as origens do fenômeno urbano. Ocorre que é exatamente a premissa utilizada de continuidade milenar que se volta contra o argumento, tornando-se justamente em ingenuidade a crença de que essa essência urbana e mesmo humana poderia ser descontinuada.

Em outras palavras, seria mais ingênuo acreditar na ruptura de um modelo milenar de criatividade humana em espaços urbanos do que na possibilidade de buscar novos arranjos socioeconômicos em seu próprio seio, de forma a consolidar um modelo atual e mais responsável de cidade criativa, numa amplitude socioeconômica da economia criativa. Enfim, numa inversão curiosa, pode-se afirmar que os defensores do viés do império português dobrado sobre si mesmo é que acabam por se dobrarem sobre si mesmos, virando-se contra eles a presunção de sagacidade ou astúcia analítica.

As possíveis continuidades históricas presentes no conceito de cidade criativa, ao invés de meramente identificadas com metáforas imperiais e inocentemente combatidas, permitiriam mais o contorno e a adaptação que em essência já as caracterizam, como pertencentes justamente a uma estratégia de contorno e adaptação aos problemas atuais para viabilizar avanços socioeconômicos. Quanto à crítica de que as produções culturais etnicizadas como vantagem competitiva da cidade criativa (com destaque para os TUCS) implicariam uma visibilidade artificial, é importante ponderar se a própria noção de cultura comporta a ideia de algo estático.

Cultura é a influência da soma de experiências anteriores – perpetuadas pela memória coletiva – sobre a ação humana (MENESES, 1980, p. 6). O acréscimo de novos contatos e usos a essa soma, portanto, consiste numa dinâmica natural que pode ou não significar perda de identidade. Sendo assim, se a intervenção e a introdução de elementos turísticos e mercadológicos preservar as dinâmicas sociais do bairro (processos endógenos) e proporcionar o retorno dos benefícios gerados ao local e aos seus habitantes, serão potencializadas a continuidade e a autenticidade a despeito de a iniciativa ter sido exterior (processo exógeno, essencial ao equilibrar e evitar o isolacionismo endógeno). De fato, não se pode tomar a cultura como mero produto ou variável e se desprezar a dinâmica envolvida (DURHAM, 2004, p. 229-230).

No que diz respeito à crítica a reabilitações e outras medidas “artificiais” e “mercadológicas” de uma imagem urbana, por sua vez, o contra-argumento é o mesmo. Há sempre, nas palavras de Pedro Brandão (2011, p. 66), “novos significados que se podem acrescentar a um lugar; os lugares vão-se assim transformando pelo homem, que a eles também se acomoda e com eles se identifica, com a afirmação espacial do próprio eu. A identidade é, portanto, um processo de construção.” Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2014, p. 376) também apontam resultados negativos da concorrência entre cidades que se baseia na revitalização de bairros históricos, nos museus e no turismo, mas reconhecem que esses resultados “são apenas o excesso, a deriva nefasta de um processo em si positivo, que não só preserva a cidade, como também procura valorizá-la”.

Além da questão do excesso, evidenciando-se o potencial de equilíbrio positivo, a outra preocupação de Lipovetsky e Serroy (*idem*, p. 369) no sentido de a “cidade festiva” sobrepujar a “cidade ativa” apegar-se à metáfora da formiga e da cigarra, sendo que a economia criativa é melhor compreendida em analogia ao trabalho de polinização das abelhas (COCCO, 2014).

Por fim, a crítica de que a ênfase no potencial econômico obliteraria o potencial de assistencialismo estatal e deslocaria a responsabilidade do Estado (na linha da questão do empreendedorismo como alternativa ao desemprego), remete a análise à correlação entre empreendedorismo, inclusão produtiva e progressão social. E, na própria relação entre cidade e economia, acrescenta-se que o espaço urbano está ligado também à criação de valor como unidade econômica, e que “não é economicamente neutro: é, em si próprio, um valor; serve como factor-chave do circuito econômico [...]; serve para criar ou reproduzir condições sociais indispensáveis à economia [...]; é factor de centralidade e de comando, na produção e no consumo” (BRANDÃO, 2011, p. 68).

É preciso reconhecer, portanto, que a solução para os problemas “não estará na ‘grande ruptura’, na ilusão de escapatórias da vida vibrante da cidade [...]. A solução estará sempre lá, onde estão as pessoas. Só que, como hoje já não há apenas um, mas vários tipos de lugar urbano, estamos obrigados a considerar novas possibilidades” (*idem*, p. 23). Um resgate do fenômeno empreendedor urbano, portanto, diz respeito não só ao balanço das primeiras cidades entre funcionalidades econômicas, atividades sociais e viés estético de significação, mas principalmente à utilização dos conceitos em construção de economia e cidade criativas como nova e realista possibilidade, numa estratégia de desenvolvimento.

Haveria, ainda, por fim, o aparente paradoxo entre a valorização competitiva das singularidades e uma possível fórmula que homogeneizaria as cidades criativas. Mas a resistência se desfaz (e se inverte mais uma vez) com a valorização de processos participativos e com a compreensão de que possíveis replicações, acompanhadas das devidas adaptações e customizações, mostram-se muito menos homogeneizantes do que propostas predominantemente ideológicas que pretendem grandes rupturas. A primeira opção, aliás, aproxima-se da própria essência do fenômeno urbano, aí sim admitindo-se uma padronização: a do objeto de estudo e de intervenção, que afinal consiste em nada mais nada menos que seres humanos e cidades e suas respectivas essências.

No caso do Rio de Janeiro, além das críticas à economia criativa em direção semelhante e na linha dessa dualidade ideológica que a permeia, despontam debates sobre a progressão social em sua relação com aspectos econômicos, como desabafa o presidente da Central Única das Favelas Preto Zezé (2014, p. 24):

Hoje, vivemos uma dualidade. De um lado, encontramos os setores conservadores, que criticam fortemente a maneira como o Estado tem oferecido suporte a projetos de melhorias nas favelas. Como sempre, veem desperdício do que pagam na forma de impostos. De outro lado, temos uma automeada “esquerda” que vulgariza o acesso das camadas mais pobres ao universo do consumo. Para esses críticos, trata-se de alienação e paternalismo dominador. [...] Na verdade, as duas argumentações são

limitadíssimas, pois não percebem contradições e potenciais embutidos no atual cenário de rápidas transformações sociais e econômicas.

Ainda mais incisiva no âmbito de intervenções públicas em favelas, porém, é a questão recente da “pacificação”. Na cidade do Rio de Janeiro, iniciou-se no final de 2008 um programa de segurança pública da Secretaria de Segurança do Estado com as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), sendo a primeira instalada no Morro Santa Marta e somando-se posteriormente mais de 40 unidades (GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2015). De forma geral, eram apresentados benefícios como a diminuição dos índices de violência (apesar de fortes e sucessivos retrocessos nos últimos anos) e a própria retomada dos territórios, em face da antiga dominação pelos grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas. Começaram a ocorrer, também, mais intervenções sistematizadas por parte de diversas organizações, aproveitando a segurança então crescente e o acesso facilitado pelas UPP.

Sempre foram apontadas, por outro lado, questões como a ausência dos serviços sociais esperados no processo, a valorização dos territórios com aumento do custo de vida e conseqüente “expulsão” dos antigos moradores e o receio de que o programa seja descontinuado após os grandes eventos esportivos na cidade (que foram “encerrados” com as Olimpíadas de 2016). Eram apontados também os casos de corrupção policial, o deslocamento da criminalidade para outras localidades, a seletividade dos territórios com UPP, o elevado poder discricionário e coercitivo atribuído aos policiais e a imposição de regras de sociabilidade e de modo de vida sem qualquer consensualização com os moradores (OLIVEIRA, 2014, p. 148).

José Terra e Thiago de Carvalho (2015, p. 75) chegam a afirmar, na linha dos paralelos históricos comentados acima, que na transição do poder da Monarquia à República ocorreram atualizações nas práticas policiais “sem, entretanto, desvencilhar-se da matriz portuguesa, baseada na premissa de pensamentos de excludência de tudo o que não corresponde à identidade do que fosse considerado civilizado”. Essa transição também teria sido perceptível na passagem do regime militar para a democracia e depois, com as UPP, esses autores consideram que “esta ação estatal é apenas a versão atual da violência estatal para com a Favela” (*idem*). Seria, enfim, uma tentativa bruta de “retomada” de um controle que nunca se teve.

Não se pretendendo aqui conclusões sobre o tema, até mesmo pela recente intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro e correlatas notícias de reestruturação das UPP (O GLOBO, 2018), apresenta-se ao menos e em primeiro lugar ressalvas com relação a esses exercícios históricos sobrecarregados de elementos ideológicos. E em segundo lugar, justamente amenizando os paralelos históricos com uma simples curiosidade, observa-se que a primeira favela do Brasil (no Rio de Janeiro) e um dos territórios de Lisboa (que compôs os estudos de caso da dissertação por trás deste texto) de certa forma nasceram como moradia de “policiais”.

Parte dos primeiros moradores do Morro da Providência (o futuro “Morro da Favella”, situado atrás do antigo prédio do Ministério da Guerra) era composta por soldados que retornavam em massa da Guerra de Canudos (Gonçalves, 2013, p. 44). E o Largo do Intendente, por sua vez, deve o nome a um antigo morador ilustre que

era Intendente-Geral da Polícia, e que ficou conhecido por sua luta severa contra os “marginais” (NORTON, 2004). Ironicamente, assim, desenvolveram-se problemas de segurança justamente em territórios com essa peculiaridade na origem, motivando posteriores políticas públicas.

Nota-se também entre esse dois países, no contexto dos TUCS, uma dualidade entre passado e presente, acentuada ainda mais pela antiga relação colonial. Se na capital portuguesa há o lamento pela decadência ou descendência (vinculação ao passado), na antiga capital brasileira há a esperança de ascendência (vinculação ao futuro). E conclui-se, assim, que as consequências socioeconômicas relacionadas a processos de degradação remetem ao menos a arranjos passados já “testados”, ao passo que consequências socioeconômicas relacionadas a processos de precariedade na origem não têm esse “histórico” estratégico.

Seja como for, a economia criativa se apresenta em ambos os casos como caminho ao desenvolvimento, ora reciclando o balanço milenar entre funcionalidades econômicas, atividades sociais e viés estético de significação (SOUZA, 2017), ora improvisando com “jeitinho” desde o início. Nas palavras artísticas de COELHO (2013, p. 262 e 263), com a devida licença para uma aplicação ao tema em questão, a “distância entre nós e nós” ou a distância entre nós e o que podemos nos tornar:

Portugal nunca bastou a Portugal. [...] Partimos porque não podemos ficar, voltamos porque nunca partimos. Há sempre uma distância entre nós e nós, e daí vem o melhor do que temos sido, as várias vidas da poesia, além da falada. É por isso que nenhum português podia ter escrito “Chega de Saudade” [...]. Não damos ordens à tristeza ou a tristeza não nos obedece. O fado é uma forma de dizer como a tristeza não nos obedece. A tristeza obedece ao Brasil, e isso é chorinho, é um samba de Paulinho da Viola, a bossa-nova de Tom Jobim. O Brasil cria dominando a tristeza: “Chega de Saudade”. Portugal precisa que a saudade não acabe.

4 CONCLUSÕES

Convencionados e definidos os territórios urbanos com carências socioeconômicas (TUCS), de modo a abranger favelas e áreas urbanas degradadas, a economia criativa foi brevemente analisada como estratégia de desenvolvimento territorial. Nesse contexto, porém, surgem questões polêmicas com forte viés ideológico, e o presente artigo focou algumas delas. Além das corretas críticas à experiência britânica de economia criativa e da necessidade de “adaptação” do conceito para outros países, levantaram-se questões que remetem à própria relação histórica entre Lisboa e o Rio de Janeiro – no âmbito do recorte metodológico da pesquisa que deu origem ao presente texto.

Se por um lado as iniciativas de indução da economia criativa são vistas como imposição elitista de princípios capitalistas que desfigurariam as peculiaridades dos TUCS e até mesmo perpetuariam neles traços das relações coloniais, por outro são encaradas como releituras oportunas e devidamente flexíveis do clássico fenômeno de associação entre criatividade e desenvolvimento urbano. Conclui-se, portanto, que a economia criativa deve continuar a ser analisada e valorizada em seu viés de

desenvolvimento territorial, inclusive no âmbito de territórios urbanos com carências socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

- ASCENSÃO, Eduardo (2013) "A barraca pós-colonial: materialidade, memória e afeto na arquitetura informal" in Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (Orgs.). Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 415-462.
- BOP Consulting (2010) Guia prático para o mapeamento das indústrias criativas (D. M. Rey e J. Loureiro, Trans.). Londres: British Council.
- BRANDÃO, Pedro (2011) O sentido da cidade: ensaios sobre o mito da imagem como arquitectura. Lisboa: Livros Horizonte.
- COCCO, Giuseppe (2014) "Territórios da paz: territórios produtivos?" Cadernos IHU Ideias. 12 (207), 4-36.
- COELHO, Alexandra L. Vai, Brasil. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.
- DAVIS, Andrea M. (2008) "A economia criativa como estratégia para o crescimento e a geração de riqueza na Jamaica e no Caribe" in Reis, Ana C. F. (Org.). Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural: Garimpo de Soluções.
- DAVIS, Mike (2006) Planeta favela (B. Medina, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- DOMINGUES, José M. (2003) "Amartya Sen: a liberdade e o desenvolvimento" Revista Novos Estudos. 65, 57-70.
- DURHAM, Eunice R. (2004). A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.
- FACINA, Adriana (Org.) (2014) Acari cultural: mapeamento da produção cultural em uma favela da zona norte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ.
- GONÇALVES, Rafael S. (2013) Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio.
- GOVERNO DO RIO DE JANEIRO (2015) "UPP - Unidade de Polícia Pacificadora", <http://www.upprj.com/> [25 de maio de 2015].
- HIRSCH, Robert D.; Peters, M. P.; Shepherd, D. A. (2009) Empreendedorismo. (T. F. Souza, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- IBGE (2010) XII Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, <http://censo2010.ibge.gov.br> [12 de agosto de 2015].
- JACQUES, Paola B. (2002) "Cartografias da Maré" in Dráuzio, Varella; Bertazzo,IVALDO; Jacques, Paola B. Maré: vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 13-66.
- KNELL, John; Oakley, Kate (2007) "London's creative economy: an accidental success?" Provocation Series. 3 (3), 1-29, http://www.theworkfoundation.com/assets/docs/publications/63_creative_london.pdf [30 de julho de 2015].
- LESSA, Carlos (Org.) (2002) Os lusíadas na aventura do Rio Moderno. Rio de Janeiro: Record.
- LIPOVETSKY, Gilles; Serroy, Jean (2014) O capitalismo estético na era da globalização (L. F. Sarmento, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- MAGALHÃES, Andreia (2008) Reabilitação urbana: experiências precursoras em Lisboa. Lisboa: Parque Expo.
- MAIMON, Dália (Coord.) (2014) "Relatório Final de Pesquisa". Territórios criativos e inclusão produtiva: estudo de caso do entorno do estádio do Maracanã. UFRJ, Instituto de Economia. Rio de Janeiro.
- MENESES, Ulpiano B (1980) "O objeto material como documento" in Patrimônio cultural: políticas e perspectivas. São Paulo, Brasil 1980. São Paulo: IAB/ CONDEPHAAT.

NORTON, José (2004) Pina Manique: o fundador da Casa Pia de Lisboa. Lisboa: Bertrand Editora.

O GLOBO (2011) "Brasil tem um Portugal inteiro vivendo em favelas" O Globo. 22 de dezembro, A1.

_____ (2018) "Reestruturação das UPPs deve ser anunciada em breve, diz porta-voz do Gabinete de Intervenção Federal" O Globo. 14 de março, <https://oglobo.globo.com/rio/reestruturacao-das-upps-deve-ser-anunciada-em-breve-diz-porta-voz-do-gabinete-de-intervencao-federal-22488034#ix-zz5APZV9su3>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

OLIVEIRA, Fabiana L. (2014). Cidadania, justiça e "pacificação" em favelas cariocas. Rio de Janeiro: Editora FGV.

OLIVEIRA, Nuno (2013) "Lisboa redescobre-se. A governance da diversidade cultural na cidade pós-colonial. A scenescape da Mouraria" in Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (Orgs.). Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 557-602.

PERALTA, Elsa (2013) "A composição de um complexo de memória: o caso de Belém, Lisboa" in Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (Orgs.). Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 361-414.

RAJ ISAR, Yudhishtir (2008) "Visão global: das inquietações conceituais a uma agenda de pesquisas" in Reis, Ana C. F. (Org.). Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural: Garimpo de Soluções.

REIS, Ana C. F.; De Marco, Kátia (Orgs.) (2009) Economia da cultura: ideias e vivências. Rio de Janeiro: Publit.

SANTOS, José L. A.; Caetano, Lucília (eds.) (2002) Modelos de organización territorial en la raya central ibérica: una visión de conjunto. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SEN, Amartya (2010) Desenvolvimento como liberdade (L. T. Motta, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Israel Alves Jorge de (2015) Desenvolvimentos empreendedoras na economia criativa: casos em Portugal e no Brasil como potencial ao desenvolvimento de regiões urbanas de baixa renda. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29673/1/Dissertação%20de%20mestrado_Israel%20Alves%20Jorge%20de%20Souza.pdf [11 de junho de 2018].

_____ (2017) A economia criativa do mundo antigo. Diálogo com a economia criativa, v. 2, n. 4, p. 26-38, jan./abr.

TERRA, José M.; Carvalho, Thiago F. (2015) Justiça paralela: criminologia crítica, pluralismo jurídico e (sub)cidadania em uma favela do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan.

TERCEIRO, Carla S. F. (2013) De social a privilegiado: narrativas de bairros sociais em Lisboa. Dissertação de mestrado em Engenharia do Território. Instituto Superior Técnico de Lisboa.

THROSBY, David (2010) The economics of cultural policy. Cambridge: Cambridge University Press.

UNCTAD (2010) Creative Economy Report 2010 – Creative economy: a feasible development option. Genebra: United Nations, http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf [29 de julho de 2015].

UNESCO (2013) Creative Economy Report 2013 – Special edition: widening local development pathways. Paris: United Nations, <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf> [29 de julho de 2015].

VARELLA, Dráuzio (2002) "Falas da Maré" in Dráuzio, Varella; Bertazzo, Ivaldo; Jacques, Paola B. Maré: vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 67-112.

VELLOSO, João P. R. (Coord.) (2012) Favela como oportunidade: plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica. Rio de Janeiro: INAE.

ZEZÉ, Preto (2014) "Apresentação" in Meirelles, Renato; Athayde, Celso. Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 17-22.